



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681383 - SP (2021/0227033-4)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ELTHON SIECOLA KERSUL - SP291440
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROGERIO DE JESUS MARTINS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROGÉRIO DE JESUS MARTINS, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1502433-56.2019.8.26.0544).

O paciente foi condenado à pena de 7 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão, no regime inicial fechado, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta que deve ser reduzido o aumento da pena-base para 1/6 ou 1/5 em observância ao princípio da proporcionalidade, notadamente diante da quantidade de entorpecentes apreendidos, que não seria excessiva, e por haver apenas duas condenações transitadas em julgado contra o paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que a pena do paciente seja redimensionada nos termos delineados na impetração.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, verifica-se que foram declinados os fundamentos para o redimensionamento da pena, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 158-160):

Na primeira fase, nos termos do artigo 42 da Lei de Drogas e do artigo 59 do Código Penal, a r. sentença fixou a pena-base em 1/3 acima do mínimo legal, 06 anos e 08 meses de reclusão e 666 dias-multa. Ponderou-se a enorme quantidade de drogas apreendidas e a personalidade distorcida do acusado, que registra maus antecedentes, demonstrando que faz do crime seu meio de vida (certidão de fls. 75/89).

A Defesa busca a fixação de pena-base mínima ou aplicação de frações de aumento de '1/6 ou 1/8'. Sem razão.

Cumpra observar, inicialmente, que o Magistrado, na sua atividade de fixação do quantum da pena, detém certa discricionariedade na dosimetria da pena, dentro dos limites legais. Nesse sentido, dentre

outros, o entendimento jurisprudencial, acerca da fixação da pena:

[...]

Além disso, o vigente artigo 42 da Lei de Drogas determina a consideração, obrigatoriamente, de quantidades e natureza das drogas apreendidas. Neste caso, foram apreendidos, no total, mais de 02 quilos de drogas diversas, inclusive cocaína e seu subproduto 'crack', extremamente lesivas. E a r. sentença bem fundamentou a exasperação adotada, inclusive com entendimentos jurisprudenciais do C. STF nesse sentido. E quanto ao registro de maus antecedentes, eles de fato existem e não podem ser desconsiderados, eis que assim determina o artigo 59 do Código Penal.

[...]

Assim sendo, fica mantida a pena-base como fixada.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, *“por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório”* (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência